EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026** Redigo pela Lei 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e demais disposições pertinentes à matéria e do disposto no presente edital.
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA	**14 DE OUTUBRO DE 2026, ÀS 09H00MIN**
OBJETO	Registro de Preço para aquisição de uniformes e EPIs para uso do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mineiros-GO (SAAE).
ITENS EXCLUSIVOS À PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/EQUIPARADOS	**Sim**. **vide cláusula 4.7*
Critério de julgamento	**Menor Preço por ITEM**
MODO DE DISPUTA	Aberto – conforme art. 56 da Lei 14.133/2021
ESTIMADO	Caráter Sigiloso – conforme art. 24 da Lei 14.133/2021
LOCAL DA SESSÃO PUBLICA	**Local** (sítio): http://bnc.org.br/
PROCESSO Nº	2026020640
INTERESSADO	**SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**
ATENÇÃO	*1. O presente instrumento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta e download, no endereço www.mineiros.go.gov.br*, http://bnc.org.br/ e www.gov.br/pncp/pt-br/pncp ou solicitado através do e-mail da Comissão de Contratação licitacao@mineiros.go.gov.br . Informações adicionais podem ser obtidas pelo nº (64) 3672-7816; *2.* **Esclarecimentos e impugnações:** Deverão ser encaminhados conforme disposto em Edital. *3.* **Encaminhamento das propostas comerciais/ documentos de habilitação**: Deverão ser encaminhadas conforme disposto no Edital. 4. **Início do Recebimento das Propostas: 28/09/2026.** **Fim do Recebimento das Propostas: 14/10/2026 às 08:00hs** **Obs.1:** Não havendo expediente na data designada para abertura do certame, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local. **Obs. 2:** Todos os atos referentes a Licitação, Edital, Erratas, Atas, Convocações, Julgamentos de Impugnações e Recursos, Homologação, Anulação ou Revogação, enfim, TODOS os atos, serão publicados nos sites oficiais mencionados acima. O acompanhamento da Licitação em todas as fases é de total responsabilidade do Licitante participante. **Obs. 3:** Em caso de divergência entre as especificações descritas no sistema eletrônico (Bnc) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

Digitally signed by PAULA REGINA CARRIJO NOVAIS:04147767125
Date: 2026.09.28 15:53:36 -03:00
Reason: Assinado digitalmente.
Location: BR

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Torna-se público que o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DO MUNICÍPIO DE MINEIROS**, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.316.487/0001-41, levam ao conhecimento dos interessados que, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 04/2024, LC nº 123/2006 e suas alterações, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto do presente é a seleção da melhor oferta em benefício da Administração Municipal para Futura, eventual e parcelada Registro de Preço para aquisição de uniformes e EPIs para uso do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mineiros-GO (SAAE)**,** conforme condições, quantitativos e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

1.2 A licitação será formada por vários itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.3. Devem estar incluídas no preço todas as despesas com entrega, tributos e/ou contribuições e quaisquer outros encargos, peças e insumos, indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes desta licitação;

1.4. Os preços ofertados abrangerão ainda todas as taxas administrativas, contribuições, tributos e encargos de natureza trabalhista e social;

DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento da empresa interessada em participar do pregão eletrônico, deverá ocorrer previamente na plataforma de licitações da **Bolsa Nacional de Compras (BNC)**, mediante a apresentação de *Termo de Adesão,* devidamente assinado concordando com as cláusulas do *Regulamento da BCN*, disponível no endereço eletrônico www.bnc.org.br, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.1. Para fins de credenciamento, o licitante deverá declarar conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital, devendo igualmente estar representado por pessoa munida de poderes suficientes para a prática dos atos necessários para sua participação no certame.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma da Bolsa Nacional de Compras (BNC) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. O licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros.

3.6. As dúvidas e esclarecimentos dos interessados em relação a credenciamento, e ao acesso no sistema BNC poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, disponíveis no endereço eletrônico http://bnc.org.br.

3.7. O licitante responde pela veracidade e pela exatidão das especificações dos bens e dos serviços ofertados, sendo responsável por quaisquer danos decorrentes da desconformidade do bem ou do serviço ofertado com as especificações contidas no Edital.

3.8. É também de responsabilidade do licitante, observar e cumprir as legislações aplicáveis ao certame.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste pregão, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular na plataforma de licitações da Bolsa Nacional de Compras (BNC).

4.2. A participação na licitação implica, automaticamente, **na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.**

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

b) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

c) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

d) Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) Agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

j) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.1 O impedimento de que trata na alínea "a" será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.3.2 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem a alínea "c" poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.3.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.3.4. A vedação de que trata a alínea "h" estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.4. A observância das vedações dos itens anteriores, são de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se às penalidades cabíveis.

4.5. Como condição de participação do pregão, o licitante deverá apresentar as declarações listadas abaixo, que deverá ser anexada na plataforma de licitações da BNC, no ato do cadastro da proposta financeira, nos itens de interesse:

a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1) As empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverão apresentar **CERTIDÃO SIMPLIFICADA** ***expedida pela Junta Comercial do Estado sede do licitante***, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data prevista para abertura do certame, segundo disposição do art. 8º da IN do DNRC nº 103 de 2007.

a.2) A não apresentação do documento previsto no item anterior, ou a apresentação de documento diverso, implicará na anulação do direito da empresa em usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar 123/2006;

b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

c) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

f) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.7 Dos critérios para aplicação de exclusividade às ME/EPP/EQUIPARADOS

4.7.1 A obtenção do benefício a que se refere esta cláusula fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.7.2 Adota-se como regulamentação para a aplicação da exclusividade às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), o âmbito local, compreendendo nesse conceito todos os **municípios limítrofes ao município de Mineiros/GO** conforme Lei Municipal nº 1.965/2020.

4.7.3 A licitação tem itens exclusiva à participação de ME e EPP, entretanto, caso não haja o **comparecimento mínimo de fornecedores, por item**, na forma do item anterior, será permitida a ampla concorrência nos moldes do art. 49 da LC 123/2006, visando o atendimento aos princípios de economicidade e celeridade do processo.

4.7.4 Será aplicado no que couber a LC nº 123/2006 e suas alterações.

4.8. Da sessão:

4.8.1. Não havendo expediente na data marcada, a sessão será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes poderão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, os documentos de habilitação exigidos no Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de ***Login de Acesso*** e ***Senha***.

5.4. As *Microempresas e Empresas de Pequeno Porte* deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do *Pregoeiro* e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, e enviar conforme modelo em Anexo IV disponibilizado em edital seguindo as seguintes informações:

6.1.1. Valor unitário e total do(s) item(itens) pretendido(s), em moeda corrente nacional;

6.1.2. *O licitante [NÃO] poderá* oferecer *proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do *Termo de Referência*: indicando, no que for aplicável, *a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente*, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a *Contratada*.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela *Administração* por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do *Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado de Goiás* e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.1.1. Não sendo possível dar início à sessão no horário exato, caso não tenha excedido o prazo de 15 (quinze) minutos do horário designado para abertura, a sessão ainda poderá ser iniciada.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

a) não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;
b) contiverem vícios insanáveis;
c) não obedecerem às especificações técnicas exigidas no *Termo de Referência;*
d) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem após negociação, acima do orçamento estimado para a contratação;
e) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
f) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.3.1.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.3.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

7.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o *Pregoeiro* e os licitantes.

7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o *Pregoeiro*, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o *Pregoeiro* persistir por tempo superior a 20 (vinte) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo *Pregoeiro* aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.21.1. No País;

7.21.2. Por empresas brasileiras;

7.21.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.22. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o *Pregoeiro* deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24. Após a negociação do preço, o *Pregoeiro* iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

8.5. O *Pregoeiro* poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, bem como a proposta realinhada ao último lance, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao *Pregoeiro* prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo *Pregoeiro*, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados

pelo *Pregoeiro*, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o *Pregoeiro* examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o *Pregoeiro* suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O *Pregoeiro* poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o *Pregoeiro* não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

DA HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes deverão encaminhar, **EM ARQUIVO UNICO**, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.1.1 O arquivo referido acima pode ser pasta zip ou PDF compilado.

9.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema ou e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.6. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, deverá ser anexado na plataforma BNC.

9.7.2. A licitante deverá apresentar a documentação abaixo relacionada para habilitação no certame:

• - Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente, ou;

• - Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor caso haja, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

• - Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

• - Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

• O representante legal (sócio responsável, proprietário, procurador, etc.) que representar o licitante no certame, deverá encaminhar cópia documento oficial de identificação que contenha foto.
• Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

• - Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

9.8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.8.1. As **licitantes** deverão apresentar a seguinte documentação complementar para fins de **qualificação técnica**:

a) **Atestado de Capacidade Técnica**, no *mínimo 01 (um)*, de fornecimento, emitido por Pessoa Jurídica de Direito PÚBLICO ou PRIVADO, declarando que o proponente já promoveu o fornecimento da mesma natureza do objeto da licitação, comprovando aptidão para

desempenho de atividade pertinente e compatível com as características constantes no Termo de Referência, conforme rege o art. 67 da Lei de Licitação (Lei 14.133/2021);

9.9. OUTRAS COMPROVAÇÕES

9.9.1. Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura, conforme modelo anexo;

9.9.2. – Declaração que a empresa tem o direito de gozar dos benefícios da Lei complementar 123/2006 (PARA EMPRESA QUE PRETENDE PARTICIPAR COMO MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE) – conforme modelo anexo;

• - Certidão Simplificada de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com registro na Junta Comercial de seu Estado ou outro documento atualizado que comprove o devido enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação. Caso a certidão/documento não consigne prazo de validade, serão considerados 90 (noventa) dias;

9.9.3. - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, conforme Anexo;

9.10. DOCUMENTOS MATRIZ/FILIAL

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser requeridos em original a qualquer tempo em caso de informações dúbias. Os documentos deverão ser apresentados perfeitamente legíveis.

9.10.2. Em consonância com o art. 3º da Lei n. 13.726/2018, fica registrado que "na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de: I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento; II - autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;"

9.10.3. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

9.10.4. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

9.10.5. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

9.10.6. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

9.10.7. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.11. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.11.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF**;

9.11.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos tributos **Federais** e a Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, emitida através de sistema eletrônico, ficando sua aceitação condicionada a verificação de veracidade via Internet;

9.11.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da Proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

9.11.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da Proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

9.11.5. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, emitida, se a Proponente assim o preferir, através de sistema eletrônico junto à Caixa Econômica Federal, ficando nesse caso sua aceitação condicionada à verificação;

9.11.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ficando sua aceitação condicionada a verificação de veracidade via Internet;

9.12. *QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA*

9.12.1. Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da Proponente, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para entrega das propostas da presente licitação;

9.12.2 Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

9.12.3 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado:
(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o *Pregoeiro* suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.19.1. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

DOS RECURSOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.2.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.2.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinte) minutos.

10.2.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.2.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.3.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

10.3.2 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, que deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://mineiros.go.gov.br e http://bnc.org.br/

DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ata, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.1.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("*chat*"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na BNC, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11.2.3 Na hipótese de desclassificação de todas as propostas/documentos, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de outras propostas/documentos, corrigida das causas de sua desclassificação

DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor para cada item sob disputa, por ato do *Pregoeiro*, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

DO TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CONTRATO

13.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado a Ata de Registro de Preço.

13.2 O licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preço, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1 O documento a que se refere o item anterior, poderá ser assinado por meio de assinatura digital por representante devidamente constituído.

13.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.4 O Aceite da *Nota de Empenho* ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

13.4.1 contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

13.4.2 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts 137 á 139 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da *Administração* previstos nos arts. 124 e 126 da mesma Lei.

13.5 Obrigatória a formalização de *contrato* para aquisições que superem o valor de dispensa de licitação, nesse caso, contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos.

13.6 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no *Termo de Referência*.

13.7 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.9 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar a Ata, a *Administração*, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a Ata ou instrumento equivalente.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

14. 1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

15.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

DA ENTREGA, DO PAGAMENTO E DAS ALTERAÇÕES

16.1 As regras acerca da entrega, e do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. **A saber repetidas nesse instrumento:**

16.1.1 - O objeto deverá ser entregue conforme as demandas desta autarquia no prazo de: para os EPIs em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de fornecimento e/ou documento equivalente, para os UNIFORMES em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Ordem de fornecimento e/ou documento equivalente, no endereço. E o pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

16.1.2 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.1.3- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.1.4- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.1.5- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.1.6- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar e Decreto Municipal n° 135, de 22 de fevereiro de 2023, art. 3°, § 3, nos termos do artigo 59, § 4° I, alínea a da Resolução CGSN N° 140/2018.

16.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4 Os preços contratados decorrentes desta licitação serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

16.5 Após transcorrido o período de 12 (doze) meses da vigência o valor poderá ser reajustado em consequência da variação do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), com data base vinculada ao do orçamento estimado.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.3 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.4 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; ou

17.1.5 deixar de apresentar amostra;

17.1.6 apresentar documentação falsa;

17.1.7 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.8 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.9 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.10 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

17.1.11 fraudar a licitação

17.1.12 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.13 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.14 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.15 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.16 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.1.17 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1 advertência;

17.2.2 multa;

17.2.3 impedimento de licitar e contratar e

17.2.1 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

17.3.2 as peculiaridades do caso concreto

17.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo legal, a contar da comunicação oficial.

17.4.1 Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

17.4.2 Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7, e 17.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

17.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7, e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

17.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados por forma eletrônica, em campo próprio, no endereço eletrônico http://bnc.org.br/.

18.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

18.7 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

18.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo *Pregoeiro*.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o *Pregoeiro* poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.11 É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

19.12 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://mineiros.go.gov.br .

19.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.13.1 ANEXO I – Termo de Referência;

19.13.2 ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preço;

19.13.3 ANEXO III – Minuta do contrato;

19.13.4 ANEXO IV – Declarações;

19.13.4 ANEXO V - Modelo de Proposta de Preço;

Mineiros, 25 de setembro de 2026.

Paula Regina Carrijo Novais
Pregoeira

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2026020640
INTERESSADO: Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE do Município de Mineiros-GO
CNPJ nº 02.316.487/0001-41

1. OBJETO

1.1- O objeto deste Termo de Referência é a contratação de empresa para o fornecimento de uniformes e EPI's, para atender a demanda do Setor Operacional do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Mineiros-Goiás.

1.2- Independente de constar a referência do CA ou não na coluna "imagem ilustrativa", todos os EPIs deverão possuir o respectivo Certificado de Aprovação válido, emitido pelo Ministério do Trabalho, já os uniformes e equipamentos deverão atender às exigências e normas da ABNT.

ITEM	OBJETO/DESCRIÇÃO	REFERENCIA " IMAGEM ILUSTRATIVA"	MEDIDA	QTD
01	**CAMISA POLO UNISSEX, COR AZUL PLÁCIDO, COM BOLSO, MANGA CURTA** Descrição: Malha PV, 65%, poliéster, 35%, viscose, 3 aplicações silkscreen no bolso lado esquerdo e peito lado direito e costas, com gola em tecido ribana na mesma cor da camisa. **TAMANHO P:** 4 unidades **TAMANHO M:** 68 unidades **TAMANHO G:** 198 unidades **TAMANHO GG:** 72 unidades **TAMANHO EGG:** 16 unidades **TAMANHO EXGG:** 8 unidades **SILK-SCREEN**: estampado com os emblemas, cada um com suas devidas cores, conforme representado em imagem ilustrativa. bolso Esquerdo Lado direito Costa		UNID	366

02	**CAMISA POLO UNISSEX COR AZUL PLÁCIDO, COM BOLSO, MANGA LONGA E PUNHO** Descrição: Malha PV, 65%, poliéster, 35%, viscose, Cor Azul Plácido, 3 aplicações silkscreen no bolso lado esquerdo e peito lado direito e costas, com gola e punho em tecido ribana na mesma cor da camisa. **TAMANHO P:** 16 unidades **TAMANHO M:** 100 unidades **TAMANHO G:** 246 unidades **TAMANHO GG:** 140 unidades **TAMANHO EGG:** 40 unidades **TAMANHO EXGG:** 44unidades **SILK-SCREEN**: estampado com os emblemas, cada um com suas devidas cores, conforme representado em imagem ilustrativa bolso Esquerdo Lado direito Costa	 	**UNID**	**366**
03	**CALÇA PROFISSIONAL, COR AZUL MARINHO COM FAIXA REFLETIVA PRATA** BRIN PESADO, 100% ALGODÃO**,** modelo cintura alta, corte reto, cós na frente em zíper de metal media 18cm, com botão e elástica cós costal, (1/2 elástico) 5 passantes para cinto, 2 bolsos faca dianteiro, 2 bolsos traseiro. Costura: reforçada com pontos duplos nas áreas de maior esforço. Faixa refletiva (ABNT NRB 15292): tecido gorgurão, 100% poliéster, com 5cm de largura, costurada abaixo do joelho de forma circular em ambas as pernas. **TAMANHO 38:** 50 unidades **TAMANHO 40:** 100 unidades **TAMANHO 42:** 84 unidades **TAMANHO 44:** 64 unidades **TAMANHO 46:** 32 unidades **TAMANHO 48:** 14 unidades **TAMANHO 52:** 09 unidades **TAMANHO 56:** 7 unidades **TAMANHO 62:** 6 unidades		**UNID**	**366**
04	**TRENA DE FIBRA 100 METROS CAIXA ABERTA** Descrição: fita em fibra de vidro, revestida em PVC, resistente à umidade, graduação em milímetros e polegadas, largura da fita: 12,5 mm ou superior, com botão de trava retrátil, cabo ergonômico emborrachado	 **Referência: Vonder, STARRETT ou equivalente**	**UNID**	**06**

05	**BLUSA MANGA LONGA TÉRMICA PROTEÇÃO SOLAR UV +50 – COR AZUL PLACIDO** TECNOLOGIA EM POLIAMIDA DE ALTA PROTEÇÃO BLOQUEIO DE 90% ou superior dos raios solares nocivos, anti odor, rápida evaporação do suor. **TAMANHO FEMININO P:** 02 unidades **TAMANHO FEMININO M:** 02 unidades **TAMANHO FEMININO G:** 02 unidades	 **Referência: Selene, Oxer ou equivalente**	**UNID**	**06**
06	**JARDINEIRA PARA SANEAMENTO COM BOTAS ACOPLADA** Material: confeccionada em tecido sintético plastificado com PVC em ambas as faces (trevira, costura por solda eletrônica, suspensório do mesmo material com meia argola para ajuste e botões bracol, alças ajustáveis que permitem uma fácil colocação e remoção, botas PVC forradas acopladas **TAMANHO:** GG - 43	 **Referência: CA: 28440 ou equivalente**	**UNID**	**10**
07	**CONJUNTO MOTOCICLISTA TAMANHO G** Material: confeccionado em PVC resistentes de alta durabilidade, impermeável, com proteções internas nos principais pontos de impacto, sistema de ventilação para maior conforto térmico, ajustes em velcro e zíperes para melhor adaptação ao corpo (peito, punho e calcanhar) design esportivo com detalhes refletivos, com forro térmico removível, painéis ventilados estrategicamente posicionados e ajustes em diversos pontos para garantir caimento, áreas reforçadas com proteções internas nos ombros, cotovelos, joelhos e costas proporcionam maior segurança. **Obrigatório:** selo do IMETRO	  **Referência: Brascamp, Pioneira ou equivalente**	**UNID**	**36**

08	**CAPA DE CHUVA COM CAPUZ COR AZUL** Descrição: Confeccionada em PVC com forro de poliéster, com 280 micras de espessura, costura de ótima qualidade em solda eletrônica, forro de poliéster com mangas longas, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão, CAIMENTO ATÉ A ALTURA DOS JOELHOS	 **Referência: CA: 28191 ou equivalente**	**UNID**	**70**
09	**AVENTAL FRONTAL TRANSPARENTE** Material: tecido sintético plastificado com PVC (Vinil), tamanho 120x065 com tiras soldadas eletronicamente, para suspensão no pescoço e ajuste na cintura, espessura 0,15, apto para a proteção no tronco contra umidade e operações com uso de água	 **Referência: CA:44656 ou equivalente**	**UNID**	**50**
10	**CHAPÉU TIPO AUSTRALIANO/PESCADOR COR AZUL** Material: confeccionado em helanca 100% Poliéster, Aba firme de 8,5 cm, circunferência Cabeça 58cm, profundidade /altura 10 cm, resistente a respingos de água, com proteção fixa para a nuca e pescoço e ombro, cordão de amarração contra vento forte, proteção UV.	 **Referência: Action, Super EPI ou equivalente**	**UNID .**	**100**
11	**CAPACETE DE SEGURANÇA TIPO I COM ABA FRONTAL** Material: casco injetado em Polietileno de alta densidade, com 3 nervuras, suspensão composta de carneira e coroa em PEBD - Polietileno de baixa densidade com 6 pontos de encaixe para fixação ao casco, com aparador de suor em TNT dublado, ajuste através de passador plástico. Jugular em fita de poliéster e encaixe em PEAD, garantido para a proteção do crânio contra impactos de objetos e choques elétricos	 **Referência: CA 29792, 3M ou equivalente**	**UNID**	**100**

12	**CAPACETE DE SEGURANÇA CLASSE A/B COM ABA FRONTAL** Material: casco injetado em Polietileno de alta densidade, com 3 nervuras, suspensão composta de carneira e coroa em PEBD - Polietileno de baixa densidade com 6 pontos de encaixe para fixação ao casco, com aparador de suor em TNT dublado, ajuste através de passador plástico. Jugular em fita de poliéster e encaixe em PEAD, garantido para a proteção do crânio contra impactos de objetos e choques elétricos	 **Referência: CA 29792, 3M ou equivalente**	**UNID**	**08**
13	**BOTINA COM BIQUEIRA DE COMPOSITE – COR PRETA** Descrição: calçado de segurança ocupacional tipo botina, comprimento até o tornozelo, fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro curtido ao cromo liso e material têxtil, cabedal resistente à penetração e absorção de água, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel aço antiperfurante, biqueira de composite, solado biodensidade (duas camadas de poliuretano injetadas) aço antiperfurante resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível **TAMANHO 37:** 09 unidades **TAMANHO 38:** 24 unidades **TAMANHO 39:** 58 unidades **TAMANHO 40:** 67 unidades **TAMANHO 41:** 46 unidades **TAMANHO 42:** 33 unidades **TAMANHO 43:** 34 unidades **TAMANHO 44:** 10 unidades **TAMANHO 46:** 9 unidades	 **Referência: CA 29392 ou equivalente**	**PAR**	**290**
14	**BOTINA DE AMARRAR TIPO COTURNO – COR PRETA** Descrição: calçado de segurança ocupacional tipo botina, cabedal confeccionado em vaqueta curtida ao cromo liso, colarinho em material têxtil, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, fechamento por atacadores, palmilha de montagem em não tecido fixada pelo sistema strobel, biqueira plástica para conformação, solado de poliuretano antiderrapante injetado diretamente no cabedal **TAMANHO 40:** 15 unidades **TAMANHO 41:** 15 unidades **TAMANHO 42:** 5 unidades **TAMANHO 43:** 10 unidades	 **Referência: CA 29792, Notorian ou equivalente**	**PAR**	**45**

15	**BOTA CANO MÉDIO FEMININA TIPO COTURNO - COR PRETA** Descrição: calçado de segurança ocupacional tipo botina, l confeccionado em couro 100%, forro interno em tecido, fechamento em cadarço, palmilha de montagem em material sintético removível em PVC com tecido, solado de borracha colado e bloqueado, resistente ao escorregamento em piso liso, biqueira em PVC para conformação, **TAMANHO 35:** 2 unidades **TAMANHO 37:** 2 unidades **TAMANHO 39:** 2 unidades	 **Referência: CA 50997, ou equivalente**	**PAR**	**6**
16	**BOTA DE PVC, CANO LONGO, NA COR PRETA** Calçado ocupacional de uso profissional, impermeável, produzida com compost polimérico de PVC inteiro polimérico, sem forro interno, sem biqueira, com resistência química, sistema de absorção de energia no solado, alta flexibilidade e com bom comportamento ao desgaste, sola com propriedades antiderrapantes, resistente ao escorregamento em piso cerâmico e piso de aço, e resistente a óleo combustível **TAMANHO 38:** 10 unidades **TAMANHO 39:** 25 unidades **TAMANHO 40:** 14 unidades **TAMANHO 41:** 17 unidades **TAMANHO 42:** 20 unidades **TAMANHO 43:** 24 unidades	 **Referência: CA 36026, ou equivalente**	**PAR**	**110**
17	**PERNEIRA DE 3 TALAS, TAMANHO UNICO** Material: em algodão, aço, poliéster e sintético, 4mm de espessura, mínimo 40cm comprimento, talas de aço, fecho em velcro, a prova d'água, resistente a impactos, cortantes, perfurantes e animais peçonhentos	 **Referência: CA 37089, ou equivalente**	**PAR**	**24**

18	**LUVA EMBORRACHADA REVESTIDA COM BANHO DE LÁTEX** Material: confeccionada em fibras sintéticas (poliéster) tipo "interlock", material laváveis e reutilizáveis revestimento em látex corrugado na palma, dedos e dorso dos dedos, com punho de malha costurado, formato anatômico. **TAMANHO:** n° 9 (G), nº 10(EG), nº 11 (EEG) a definir	 **Referência: CA 46819** **ou equivalente**	**PAR**	**1000**
19	**LUVA DE BORRACHA NITRILICA CANO LONGO** Material: em borracha nitrílica, forrada internamente com flocos de algodão, hipoalergênica, e acabamento clorinado, que inibe o desenvolvimento de bactérias, medidas 45 cm ou superior (slin), com acabamento antiderrapante na palma e dedos, cobertura ampla do antebraço residente mesmo em ambientes úmidos ou contaminado, indicada para proteção completa contra riscos químicos, mecânicos, biológicos e térmicos em tarefas de alta exigência. **TAMANHO:** nº 8 (M) n° 9 (G), nº 10 (EG), a definir	 **Referência: CA 27598** **ou equivalente**	**PAR**	**8.000**
20	**LUVA DE SEGURANÇA FIO TERMICO IMPERMEAVEL** Material: confeccionada em fio Poliamida / Fibra de vidro, (tipo thermaflex) para proteção térmica (até 100ºC) ou baixa temperatura (até -30ºC), punhos com acabamento elástico overloque **TAMANHO:** nº 8 (M) e nº 9 (G) a definir	 **Referência: CA 14778** **ou equivalente**	**PAR**	**08**
21	**LUVA DE FIO TÉRMICO COM LATEX** Material: confeccionada em fio Poliamida e poliéster banhados de látex natural espumoso na palma da mão, dedo e dorso dos dedos, aderência que possibilita o manuseio de peças úmidas ou oleada, proteção térmica para manuseio de peças quentes até 250ºC **TAMANHO:** nº 9 (G)	 **Referência: CA 46391** **ou equivalente**	**PAR**	**10**

22	**MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA COM CLIPE NASAL** Material: confeccionada 100% Polipropileno (tecido não tecido), tripa camada, hipoalérgico, soldas das tiras por ultrassom, elástico roliço 18cm, clipes nasal de 13cm, mascara descartável tipo cirúrgica, isenta de fibra de vidro, não tóxica, não inflamável, eficiência na filtragem e retenção bacteriana do ar, filtragem de partículas, sem liberação de fiapos. cor azul. **TAMANHO:** único **COR:** azul	 **Referência: Inoven, Medix ou equivalente**	**CAIXA** **1x50unid**	**04**
23	**RESPIRADOR DESCARTÁVEL PFF1 COM VÁLVULA** Material: confeccionado em malha filtrante Confeccionado em três camadas, com capacidade de filtrando de mínimo 80% das partículas sendo, 1ª camada superior (não tecido em fibra sintética de polipropileno) cor azul, 2ª camada do meio (manta estruturante de fibra sintética, 3ª camada filtro (não tecido de fibra sintética com tratamento eletrostático)cor branca, com válvula de exalação em polietileno com membrana de borracha, clipe nasal (fios plásticos com estrutura metálica) dois Elástico em poliéster e elastodieno para ajuste para a cabeça e pescoço. **TAMANHO:** único	 figura externa  figura interna **Referência: CA 38950** **ou equivalente**	**CAIXA** **1x50unid**	**20**

24	**RESPIRADOR DESCARTÁVEL PFF2S COM VÁLVULA** Material: confeccionado com a capacidade de filtrando de mínimo 94% das partículas sendo, a primeira camada (externa) a segunda camada (intermediária) é fabricada em material filtrante com tratamento eletrostático e a terceira camada (interna) que protege o elemento filtrante, evitando que suas fibras se desprendam, com válvula de exalação em polietileno com membrana de borracha, clipe nasal (fios plásticos com estrutura metálica) dois Elástico em poliéster e elastodieno para ajuste para a cabeça e pescoço. **TAMANHO:** único	 figura interna  figura externa **Referência: CA 39228** **ou equivalente**	**PACOTE 1x10unid**	**05**
25	**TOUCA SANFONADA COM ELÁSTICO** Material: 100 % polipropileno (não tecido), costura em soldagem eletrônica por ultrassom, revestido ao tecido	 **Referência: Inoven, Medix ou equivalente**	**CAIXA 1x100unid**	**05**
26	**ÓCULOS DE PROTEÇÃO DE SOBREPOSIÇÃO INCOLOR.** Material: constituídos de arco de material plástico preto (náilon) com meia-proteção nas bordas, pino central e duas fendas nas extremidades da armação utilizadas para o encaixe de QUALIFLEX confeccionado em policarbonato, tratamento antirrisco e antiembaçante furo central para encaixe do pino do arco, apoio nasal e protetor lateral injetado do mesmo material do QUALIFLEX com uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco, hastes tipo espátula do mesmo material do arco e constituídas de 02 peças: semi-haste vazada com uma das extremidades presas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste vazada que se encaixa na semi-haste anterior e permite regulagem de tamanho, aprovado contra impactos de partículas volantes e contra raios ultravioleta.	 **Referência: CA 14999** **ou equivalente**	**UNID**	**100**

27	**ÓCULOS DE SEGURANÇA ESCURO COM TRATAMENTO ANTIRISCO** Material: confeccionado: com visor e apoio nasal e proteção lateral injetados em uma mesma peça lente fumê, antirrisco e antiembaçante harte em policarbonato escuro, filtragem de até 99% da radiação UV, ajustado de forma confortável no rosto.	 **Referência: CA 15649 ou equivalente**	**UNID**	**100**
28	**ÓCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR COM TRATAMENTO ANTIRISCO** Material: confeccionado: com visor e apoio nasal e proteção lateral injetados em uma mesma peça toda em policarbonato incolor, ajustado de forma confortável no rosto.	 **Referência: CA 15649 ou equivalente**	**UNID**	**100**
29	**PROTETOR AUDITIVO DE INSERÇÃO** Material: Plug de silicone com flange, cordão em PVC, nível de atenuação de ruído 14 Db ou superior.	 **Referência: CA 151882 ou equivalente**	**UNID**	**100**
30	**REPELENTE DE INSETOS SPRAY** Descrição: produto não toxico, dermatologicamente testado para proteção contra mosquitos e insetos que transmitem doenças como dengue, zika e chikungunya, com ingredientes que hidratam e previne o ressecamento da pele. **EMBALAGEM:** 200 ML **VALIDADE MINIMO:** 1 ano após data de fabricação. **Obrigatório:** seguir a legislação nacional e aprovação da Anvisa	 **Referência: Nutriex e CIMED ou equivalente**	**UNID**	**100**

31	**BLOQUEADOR SOLAR CREME FPS 60** Descrição: produto não toxico, dermatologicamente testado para proteção contra os raios UVA e UVB, resistente a água e suor, sem conservante, com vitamina E, ação hidratante de rápida absorção, não comedogênico. **EMBALAGEM:** Bombona de 04 litros **VALIDADE MINIMO:** 1 ano após data de fabricação. **Obrigatório:** seguir a legislação nacional e aprovação da Anvisa	 **Referência: Nutriex ou equivalente**	**UNID**	**04**
32	**FITA ZEBRADA PARA SINALIZAÇÃO** Descrição: fita sem adesivo, fabricada em polipropileno, listradas em amarelo e preto, indicada para demarcar, codificar e sinalizar superfícies em áreas de risco. **MEDIDA:** 100M x 7CM	 **Referência: DNI, Vonder ou equivalente**	**UNID**	**100**
33	**CONE DE SINALIZAÇÃO FLEXÍVEL EMBORRACHADO 75CM** Descrição: produto na tonalidade laranja, com 2 faixas refletivas branca em colmeia confeccionado em PVC, flexível, base de 8 sapatas (pés de apoio), acabamento soldados eletronicamente ao cone, resistente às intempéries climáticas e proteção contra raios UV, apto para a sinalização tráfego, delimitação de área, canalização, interditação e outros **Obrigatório**: aptidão às normas da ABNT NBR 14.664 (trata do retro refletância das faixas refletivas de sinalização) e NBR 15.071 (características técnicas e o desempenho de cones flexíveis)	 **Referência: Vonder, Plastcor ou equivalente**	**UNID**	**100**

34	**CONE DE SINALIZAÇÃO FLEXÍVEL EMBORRACHADO 50CM** Descrição: produto na tonalidade laranja, com 2 faixas refletivas branca em colmeia confeccionado em PVC, flexível, base de 8 sapatas (pés de apoio), acabamento soldados eletronicamente ao cone, resistente às intempéries climáticas e proteção contra raios UV, apto para a sinalização tráfego, delimitação de área, canalização, interditação e outros **Obrigatório**: aptidão às normas da ABNT NBR 14.664 (trata do retro refletância das faixas refletivas de sinalização) e NBR 15.071 (características técnicas e o desempenho de cones flexíveis)	 **Referência: Vonder, Plastcor ou equivalente**	**UNID**	**100**

2. OBJETIVO E DA NECESSIDADE INSTITUCIONAL (MARCAS COMO REFERÊNCIA)

2.1- A natureza das atividades deste setor exige o manuseio de produtos químicos no tratamento de água, exposição a agentes biológicos no sistema de esgotamento sanitário e intervenções em espaços confinados. Portanto, a escolha dos equipamentos impacta diretamente a manutenção da qualidade da água distribuída à população e a preservação da integridade física e segurança dos operadores

2.2- As atividades diárias executadas pelos colaboradores da área operacional do SAAE, demandam da utilização de EPIs, assim dos uniformes de identificação que garantirá a segurança entre os servidores e a população quando em trabalho nas vias de nossa cidade, e, principalmente reduzir riscos de acidentes e doenças ocupacionais, sendo prioridade do SAAE cumprir o dever legal em fornecer gratuitamente em perfeito estado de conservação e qualidade EPIs aos seus servidores.

2.3- O SAAE de Mineiros, além de atender as necessidades do servidor, tem por dever manter a capacidade de produtos em estoque na quantidade adequada e, em bom estado de conservação, o que também ajudará a reduzir custos e desperdícios ao atender as reposições, proporcionando as condições mínimas e adequadas para a manutenção das atividades cotidianas do departamento.

2.4- A menção às marcas **[ex: Vonder / Starrett/ ou equivalente]** no descritivo adota o permissivo legal do **Art. 41, § 5º, da Lei nº 14.133/2021**. Esclarece-se que a indicação possui caráter **meramente referencial de padrão de qualidade, ergonomia e durabilidade**, sendo seguidas, obrigatoriamente, da expressão **"ou equivalente, ou de melhor qualidade"**.

2.4.1- A administração não busca exclusividade da marca citada, o desígnio é estabelecer um teto mínimo de desempenho técnico. Qualquer proposta de marcas equivalente ou superior a qualidade será amplamente aceita, desde que atendam as descrições do produto.

2.5- O objetivo do SAAE e, adquirir o produto de qualidade que atenda exatamente às normas de proteção contra os agentes químicos/biológicos do SAAE, e que possam somar na rotina operacional durante a sua utilização, vejamos:

2.5.1- Os EPIs utilizados nas Estações de Tratamento de Água (ETA) não podem soltar resíduos, pigmentos ou contaminantes químicos que alterem os padrões de potabilidade da água exigidos pelo Ministério da Saúde. Marcas de referência garantem a certificação de composição de seus materiais.

- **Resistência Química e Biológica (Esgoto e Espaço Restrito):** Os operadores do sistema de esgoto lidam com gases tóxicos (como o gás sulfídrico) e patógenos. Equipamentos de qualidade inferior apresentam degradação precoce acelerada, elevando o risco de acidentes de trabalho graves e passivos trabalhistas.

- **Ergonomia e Produtividade:** Ferramentas e EPIs com desenho ergonômico testado reduzem o índice de afastamento de servidores por lesões por esforço repetitivo (LER/DORT).

2.6- Produtos de linhas profissionais (padrão referenciado) possuem ciclo de vida útil significativamente maior. Isso reduz a necessidade de trocas frequentes, gerando economia de recursos públicos a médio e longo prazo (Princípio da Eficiência).

2.7- Dessa forma, a presente justificativa não tem como finalidade limitar a competitividade do certame, mas sim proporcionar condições equitativas de participação, assegurando que todos os licitantes compreendam de forma clara as exigências técnicas da Administração, evitando dúvidas, impugnações, propostas incompatíveis com a demanda ou entregas inadequadas

3. NATUREZA DA CONTRAÇÃO

3.1- A presente contratação, por se tratar de objeto que se enquadra como bem comum, deve ser licitada na modalidade: Pregão eletrônico, por meio de Ata de Registro de Preço; Critério de Julgamento: Menor Preço por Item; Modo de Disputa: Aberto (art. 56 da lei 14.133/2021); Estimado: Caráter Sigiloso (art. Art. 24 da lei 14.133/2021); Local da Sessão Pública: (sítio): http://bnc.org.br/ com fundamento no art. 28, inciso I da lei n°14.133/2021 e suas alterações, e as regulamentações municipal, decreto n° 03, de 05 de janeiro de 2024 e decreto n° 04, de janeiro de 2024 , e em conformidade como a lei n°14.133/2021 e suas alterações.

4. FUNDAMENTO LEGAL

4.1- Fundamenta-se a aquisição nos ditames legais descritos na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2.021, e suas alterações, o Decreto Municipal n° 03 de 05 de janeiro de 2024 e Decreto Municipal n° 04 de janeiro de 2024, assim como, esse Termo de Referência e Documento de Formação da Demanda.

5. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

5.1- A forma para conduzir o processo licitatório na sessão pública, será por: registro de preços; modalidade pregão eletrônico; critério de julgamento por menor preço; modo de disputa aberto (decreto n° 10.024/2019); valor estimado em caráter sigiloso; local da sessão pública: (sítio): http://bnc.org.br
5.2- As dúvidas e esclarecimentos poderão ser dirimidas através do telefone (64) 3672-7816, Departamento de Licitações da Prefeitura de Mineiros- Goiás ou pelo endereço eletrônico e-mail: licitacao@mineiros.go.gov.br os documentos ficarão disponíveis no endereço eletrônico.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, em atenção ao art. 33, inc. I, da Lei nº 14.133/2021, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.
6.1.1- Mesmo sendo o critério de julgamento por menor preço por item a Comissão de Licitação deverá comparar detalhadamente os itens individuais da planilha vencedora com o valor unitário dos itens da pesquisa de preços oficial para identificar possível disparidades injustificadas conhecida como "jogo de planilha
6.2 Poderá participar desta licitação empresa capaz de atender a demanda do objeto, com o fiel cumprimento das especificações exigidas, sendo recusado os itens que estiver com alguma característica diferente.
6.3 As exigências para participação e requisitos de habilitação, serão detalhadas no edital da licitação.
6.4- A proposta de preços: será considerada completa abrangendo todos os custos necessários á entrega em perfeitas condições de uso, bem como, as despesas das de eventuais substituições de produtos com defeitos.
6.5- Os UNIFORMES, deverão seguir os padrões exigidos neste TR quanto aos materiais, processos de fabricação, composição dos tecidos, gramatura, estrutura, tonalidade, acabamento e métodos de fixação, resistência, garantindo que cada item cumpra seu papel de maneira eficaz, tanto visual quanto operacional.
6.5.1 As peças deverão ser embaladas individualmente em saco plástico transparente e posteriormente encaixotado por tamanho e por item separadamente em caixas de papelão resistente ao transporte e

armazenagem.

7. EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS E SUA JUSTIFICATIVA

7.1- Fica estabelecida a obrigatoriedade de apresentação de amostras **apenas para os licitantes classificados temporariamente em primeiro lugar** na fase de lances, exclusivamente aos itens **1, 2, 3, 13 e 14** deste Termo de Referência (camisas polo manga curta no tamanho G; e camisa polo manga longa no tamanho G; calça profissional no tamanho 42; botina com biqueira e botina de amarrar, ambas de qualquer numeração).

7.1.1- As amostras deverão ser apresentar no prazo até **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação oficial emitida pelo Pregoeiro por meio do sistema eletrônico.

7.2 A exigência fundamenta-se no **artigo 40, § 8º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, mostrando-se necessária e indispensável pelas razões técnicas e operacionais dispostas a seguir:

- **Ambiente de Trabalho Crítico:** Os uniformes e calçados de proteção individual (EPIs) serão destinados à equipe operacional do Serviço de Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Mineiros-Goiás, com atuação direta na Estação de Tratamento de Água (ETA), Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), Estação de Tratamento de Resíduos (ETR) e em serviços de reparos de redes na zona urbana.
- **Segurança e Salubridade do Trabalhador:** Os servidores operam em contato constante com umidade, efluentes, agentes químicos de tratamento de água e superfícies abrasivas na malha urbana. A verificação tátil e mecânica dos materiais garante que o trabalhador não fique exposto a riscos decorrentes de tecidos que rasguem facilmente ou calçados que descosturem prematuramente.
- **Avaliação da Qualidade da Malha e Costuras:** Para as **Camisas Polo (Itens 1 e 2) e Calça Profissional (Item 3)**, a análise visual direta é o único meio eficaz de aferir a real gramatura e toque da malha PV (65% poliéster / 35% viscose) e do brim pesado 100% algodão, bem como a resistência dos pontos duplos nas áreas de maior esforço e a aderência e nitidez do silkscreen.
- **Prevenção contra Acidentes de Trabalho:** Para as **Botinas de Segurança (Itens 13 e 14)**, a avaliação física visa validar a maleabilidade do couro curtido ao cromo, a eficácia do solado antiderrapante injetado e a conformidade biomecânica das biqueiras (plástica e composite) e palmilha de aço antiperfurante. Desvios de qualidade nestes itens geram riscos imediatos de quedas, perfurações e acidentes de trabalho graves.
- **Eficiência do Gasto Público:** Roupas de baixa qualidade geram desgaste acelerado em atividades de manutenção pesada, forçando a Administração a realizar novas licitações em intervalos curtos. A avaliação prévia da amostra assegura o princípio da eficiência, garantindo a aquisição de bens com durabilidade compatível com o serviço público de saneamento.

7.3 No Critérios de Análise o fornecedor deverá enviar AMOSTRAS DOS UNIFORMES NO TAMANHO G dos itens 1 e 2 e TAMANHO 42 do item 3 aos quais serão analisadas, testadas, avaliadas, aprovadas e/ou reprovadas.

a) A amostra atende ao layout exigido **camisa polo manga curta**:

- gola, bolso, punho, cor? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( )
- O tecido utilizado na confecção da amostra aparenta ter as exigências do Termo de Referência? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( ).
- A amostra Tamanho G, possui as medidas de acordo com o exigido do Termo de Referência? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( )
- A amostra possui costuras retas, alinhadas, contínuas e isentas de fios soltos ou pontos repuxados? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( )
- O acabamento interno do item é isento de fios soltos, cortes desalinhados ou costuras tortas, descontinuadas ou com pontos repuxados? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( )

b) A amostra atende ao layout exigido **camisa manga longa**:

- gola, bolso, punho, cor,? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( )
- O tecido utilizado na confecção da amostra aparenta ter as exigências do Termo de Referência? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( ).
- A amostra Tamanho G, possui medidas de acordo com o exigido do Termo de Referência? ATENDE

( ) NÃO ATENDE ( )

- A amostra possui costuras retas, alinhadas, contínuas e isentas de fios soltos ou pontos repuxados? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( )
- O acabamento interno do item é isento de fios soltos, cortes desalinhados ou costuras tortas, descontinuadas ou com pontos repuxados? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( )

c) A amostra atende ao layout exigido, **calça**:

- Cós ½ (elástico cós costal), passador, zíper, elástico, cor? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( )
- O tecido utilizado na confecção da amostra aparenta ter as exigências do Termo de Referência? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( ).
- A amostra Tamanho 42, possui medidas de acordo com exigido do Termo de Referência? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( )
- A amostra possui costuras retas, alinhadas, contínuas e isentas de fios soltos ou pontos repuxados? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( )
- O acabamento interno do item é isento de fios soltos, cortes desalinhados ou costuras tortas, descontinuadas ou com pontos repuxados? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( )

7.3.1- No Critérios de Análise o fornecedor deverá enviar AMOSTRAS DAS BOTINAS DE SEGURANÇA (qualquer numeração) dos itens 13 e 14 aos quais serão analisadas, testadas, avaliadas, aprovadas e/ou reprovadas.

a) A amostra atende ao layout exigido **botina com biqueira de composite:**

- Aparenta ter as exigências do Termo de Referência, quanto a qualidade, durabilidade, resistência, conforto e segurança? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( )

b) A amostra atende ao layout exigido **botina de amarrar tipo coturno:**

- Aparenta ter as exigências do Termo de Referência, quanto a qualidade, durabilidade, resistência, conforto e segurança? ATENDE ( ) NÃO ATENDE ( )

8. GARANTIA DOS PRODUTOS REGISTRADOS

8.1- O Prazo e Abrangência da Garantia no caso vícios de fabricação dos uniformes e EPIs entregues durante a vigência da Ata de Registro de Preços deverão possuir garantia mínima de **06 (seis) meses**, contados a partir da data do Recebimento Definitivo de cada entrega parcial, quanto a cobertura a garantia deverá cobrir defeitos estruturais, desbotamento precoce fora dos padrões do tecido, rompimento de costuras, solados descolados em calçados de segurança ou qualquer falha que comprometa a proteção do trabalhador.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

9.1- A contratação adotará o princípio do parcelamento do objeto, previsto no art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, fixando o critério de julgamento por **menor preço por item**, sob o amparo do Sistema de Registro de Preços (SRP)

9.2- A escolha pelo parcelamento em itens individuais, em detrimento do agrupamento em lote global único, justifica-se técnica e economicamente pelos seguintes motivos:

- **Ampliação da Competitividade:** O mercado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e o de Uniformes Profissionais são distintos. Dividir a contratação por itens permite que fabricantes e distribuidores especializados disputem o certame, aumentando o número de licitantes.
- **Obtenção de Economia de Escala:** A adjudicação por item impede que intermediários elevem os custos globais. O SAAE garante o acesso direto aos preços mais vantajosos para cada insumo isolado.
- **Prevenção contra o Fracasso do Certame:** O agrupamento de itens de naturezas diferentes em um único lote obrigaria as empresas a subcontratar ou a cotar margens de risco elevadas, o que poderia resultar em preços acima do mercado ou em licitação deserta.

- **Inexistência de Prejuízo ao Conjunto:** Os EPIs e uniformes requisitados possuem autonomia funcional entre si. A aquisição separada não compromete a padronização e o desempenho técnico do setor operacional do SAAE.

9.3- O parcelamento atende simultaneamente aos requisitos de viabilidade técnica e econômica, promovendo a ampla concorrência e assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Autarquia, em estrita observância ao mandamento legal.

10. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

10.1- O objeto deverá ser entregue conforme as demandas desta autarquia no prazo de: para os EPIs em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de fornecimento e/ou documento equivalente, para os UNIFORMES em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Ordem de fornecimento e/ou documento equivalente, no endereço.

10.2- A Contratada deverá entregar os objetos em perfeitas condições de uso e em conformidade com as especificações da proposta no Almoxarifado do SAAE MINEIROS, situado na Avenida 21, esquina com 8° Avenida, quadra 17, Setor Aeroporto, Mineiros-Goiás, código do endereço postal 75.833-120, horário de recebimento: das 07: 00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 de segunda à sexta-feira, ou em outro endereço de acordo com a indicação da contratante.

10.3- O recebimento do objeto contratual deverá obedecer ao disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal, devendo ser formalizado por meio de ateste e termo circunstanciado que comprove o atendimento às exigências técnicas e contratuais.

11. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME E EPP

11.1- Na contratação objeto deste TR será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, em observância à Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais dispositivos legais aplicáveis.

11.2- Se houver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, contados da data em que o fornecedor for notificado da diligência.

11.3- A não-regularização da documentação no prazo acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os Fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogara licitação.

12- COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS E SEU SIGILO

12.1- Para a composição dos preços estimado, o Departamento de Licitações, utilizará como base a Planilha juntada no Documento da Formalização da Pesquisa de Preço, cujos os valores unitário adotados, deu-se do resultado da base de cálculo da cesta de preço.

12.2- O Art. 24 da Lei 14.133 estabelece que se justificado o orçamento estimado da contratação poderá o mesmo ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação dos detalhamentos e dos quantitativos, a ocultação do orçamento visa, intensificar a competição e garantir a apresentação de propostas que reflitam precisamente as realidades econômicas dos licitantes.

13- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1- Entregar os materiais/itens no local e prazo designados e em estrita conformidade com as especificações e exigências constantes do presente Termo de Referência;

13.2- Permitir a fiscalização dos produtos por parte do AUTARQUIA;

13.3- Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, de acordo com as especificações, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;
13.4- Substituir, às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade ou problemas na utilização;
13.5- Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;
13.6- Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
13.7- A falta de quaisquer dos produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;
13.8- Comunicar imediatamente a Contratante sobre qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, fornecimento dos produtos, entre outros, necessários ao perfeito cumprimento da ARP;
13.9- Indenizar terceiros e/ou ao próprio AUTARQUIA mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
13.10- Manter a regularidade fiscal e trabalhista durante a vigência contratual, e, na ocasião liberada para a emissão do documento de fatura (NF) apresentar em conjunto as certidões relacionadas, para efeito legal do pagamento;
13.11- Arcar com todas as despesas relativas à entrega dos materiais, tais como fretes e/ou transportes;
13.12- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
13.13- Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
13.14- A inadimplência da Contratada em relação aos seus encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

14- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
14.1- Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
14.2- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada às dependências do SAAE, prestando-lhes os esclarecimentos pertinentes;
14.3- Comunicar/notificar a contratada sobre possíveis irregularidades observadas nos materiais fornecidos, para imediata correção;
14.4- Rejeitar, no todo ou em parte, o material entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo fornecedor;
14.5- Efetuar o pagamento á Contratada, nas condições estabelecidas;
14.6- É de responsabilidade da Contratante o acompanhamento e a conferência dos serviços executados conforme disposto no contrato.
14.7- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
14.8- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
14.9- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

14.10- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
14.11- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
14.12- O SAAE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À PROTEÇÃO DE DADOS
15.1- Toda a transmissão e armazenamento dos dados deverão estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei Federal nº 13.709/2018, garantindo a segurança e a confidencialidade das informações compartilhadas.

16. HOMOLOGAÇÃO, CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DA ARP
16.1- Após a homologação, a empresa vencedora será convocada a comparecer para assinatura da ata de registro de preço, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal.
16.2- A recusa injustificada em assinar a ata sujeita o vencedor às sanções administrativas previstas em lei (advertência, multa ou suspensão de licitar) e na Lei 14.133/202.

17. PAGAMENTO:
17.1- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após protocolização da Nota Fiscal no Departamento de Compras do SAAE, no quantitativo entregue e devidamente atestada e após liberação pela Controladoria do Município, obedecendo aos trâmites legais para a conclusão do procedimento de pagamento.
17.2- A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), comprovação da regularidade fiscal às Fazendas Pública Federal, Estadual e Municipal, observando o domicílio ou sede da empresa, e ainda, comprovação da regularidade Trabalhista e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), sendo constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 de 2021.

17.2.1- Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
17.3- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.4- É DEVER DA CONTRATADA: informar o nome e o número do banco, da agência e da conta bancária da empresa, para o depósito.

18. EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO
18.1- Após assinatura do contrato a empresa será comunicada para efetuar a entrega dos produtos que ocorrerá de forma parcela de acordo com as demandas e as necessidades do SAAE.
18.2- O fornecedor deverá entregar os itens de maneira que o manuseio facilite a contagem, verificação da descrição, da validade e possível avarias.
18.2.1- A embalagem primaria assim com as externas deve ser adequada à natureza do objeto, portanto, resistente ao peso, temperatura, umidade e empilhamento máximo à forma e condições de transporte e estocagem, com identificação do produto e demais informações exigidas na legislação.

18.2.2- Verificada a inadequação do produto, a empresa será notificação para proceder substituição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis. Caso não seja realizada a substituição, a empresa ficará sujeita às penalidades prev istas na cláusula de infrações e sanções administrativas (art. 92, XIV).
18.3- Os EPIs deverão ser novos de 1ª qualidade, com as devidas prescrições e recomendações dos fabricantes com as mesmas características técnicas exigidas no TR, obedecendo rigorosamente as normas da ABNT/INMETRO.
18.4- Para o lote de EPIs, a Contratada garante que todos os equipamentos entregues possuirão CA emitido pelo órgão federal competente e válido por período compatível com o tempo estimado de uso do equipamento, nunca inferior ao prazo da garantia, serão recusado todos os produtos deteriorados ou avariados;
18.6- O recebimento será executado da seguinte forma: ***Provisoriamente:*** no ato da entrega pelo fornecedor, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto deste instrumento com as especificações técnicas previstas no edital, na proposta da contratada e demais condições estabelecidas neste termo de referência; ***Definitivamente:*** no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento provisório, mediante atesto na(s) Nota(s) Fiscal(ais), após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime o fornecedor de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente.
18.6.1- O aceite dos materiais/itens não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital, atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se a Autarquia as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
18.7- Em caso de necessidade, o quantitativo estipulado poderá ser alterado de acordo com a normativa vigente e as necessidades verificadas pelo Contratante.

19. VALIDADE DA ARP
19.1- O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados da data assinatura, de acordo com o art. 84 da lei n° 14.133/202, suas alterações e o Decreto Municipal n° 04 de 05 de janeiro de 2024.

20. SUB CONTRATAÇÃO
20.1- É expressamente proibida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual. O descumprimento desta obrigação ensejará a rescisão imediata do ajuste e a aplicação das sanções legais cabíveis, nos termos do artigo 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

21. EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO
21.1- A contração dos serviços se extinguirá quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
21.2- A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
21.3- A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, nos termos do caput do art. 131 da Lei n.º 14.133, de 2021.

22. PENALIDADE E MULTA
22.1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
I - der causa à inexecução parcial do contrato;
II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - der causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.2- Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas pela pratica de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, passíveis de reabilitação na forma do art. 163 as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º);

b) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito do SAAE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XI, bem como, nos casos justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito do SAAE, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei)

22.3- Multa compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 5% a 10% do valor do contrato; para a inexecução total contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 5% a 10% do valor do contrato; para infração descrita no inciso II acima, a multa será a multa será de 5% a 10% do valor do contrato; para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de a multa será de 5% a 10% do valor do contrato, para a infração descrita no inciso I acima, a multa será de a multa será de 5% a 10% do valor do contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

22.3.1- Multa em decorrência a atraso ou inexecução parcial ou total, devidamente protocolada, comprovadamente e justificada pelo Fiscal do Contrato e aceita pelo Gestor do SAAE.

22.3.2- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

22.3.2.1- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

22.3.2.2- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.4- Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.5- A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133 de 2021, ou tipificadas como atos lesivos pela Lei Federal nº 12.846 de 2013, caso apontados no decorrer da pactuação serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente (art. 159 e 160 da Lei nº 14.133/2021).

22.6- O SAAE no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e demais cadastros de Empresas Punidas (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

23. ALTERAÇÕES

23.1- Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

23.2- A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

23.3- Os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.4 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, conforme art. 25, §7º e art. 92, §3º, ambos da Lei 14.133/2021, bem como, o parágrafo único do art. 24 da IN nº 9/2023 do TCM/GO.

23.5- O Contrato poderá ser rescindido, desde que formalmente motivado nos autos deste processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa

24. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

24.1- A fiscalização da execução da presente contratação ficará a cargo do servidor nomeado pelo Diretor-Presidente do SAAE, especialmente designado para este fim, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e em atendimento ao disposto no art. 3º, inciso XXI, da Instrução Normativa 10/2015 do TCM Goiás.

24.2- O servidor **Túlio Sousa Flores, matricula 9142**, nomeado fiscal do contrato, nos termos da Portaria 0078/2026, anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato.

24.3- A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

25. ESTIMATIVA DO VALOR

25.1- O preço estimado para a aquisição é de R$ (~~valor ocultado~~) por unidades, totalizando de R$ (~~valor ocultado~~), conforme Mapa de Preços, juntado nos autos, adotada para tal a metodologia do Valor Médio, para aferir os preços.

25.2 Com fulcro no artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, e visando garantir a ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, o valor estimado desta contratação possui **caráter sigiloso**.

25.3 Os valores estimados permanecerão indisponíveis para consulta pública e para os licitantes até o encerramento da fase de lances da sessão pública.

25.4 O sigilo estabelecido não se aplica aos órgãos de controle, bem como à **Comissão de Contratação / Pregoeiro**, que utilizará o valor base estritamente de forma interna para fins de julgamento, verificação de exequibilidade e aceitabilidade das propostas apresentadas.

26. REGIME DE EXECUÇÃO

26.1- O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constarão no Termo de Referência, que será uma das peças de integração do ato contratual.

26.2- O preço unitário inclui todas as despesas diretas e indiretas e tudo mais o que fizer necessário para o perfeito desempenho do fornecimento, não cabendo ao SAAE qualquer contribuição ou encargos, além dos previstos no procedimento Edital e seus anexos.

26.3- O preço inicialmente contratado será fixo e irreajustável no prazo de um ano contado da data da proposta.

26.4- Qualquer pedido entre as partes para alteração ao contrato vigente, será submetida a normas de regulação da Lei Federal nº 14133/2021, apreciação jurídica do SAAE, inclusive alterações relacionadas a acréscimo ou decréscimo, reajuste, prorrogação, etc.

26.5- Todas as sanções aplicadas em decorrentes de infração administrativa serão definidas pela Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos.
26.6- Caso a Contratada pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiros, o SAAE, tem o prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento para emitir a resposta. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

27. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1- As despesas desta Ata de Registro de Preços, correrão por conta de dotação orçamentária, que somente será exigida no ato da formalização do contrato ou instrumento hábil, isto posto que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, prevista no Decreto Municipal n° 04 de 05 de janeiro de 2024.
27.2- Os recursos orçamentários necessários ao pagamento das obrigações decorrentes da presente licitação serão por meio de recursos próprios da Autarquia.

28. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

28.1- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
28.2- As comunicações entre esta Autarquia e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

29. CASOS OMISSOS

29.1- Os casos omissos serão decididos pelo Contratante SAAE de Mineiros-GO, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, demais normas federais aplicáveis, e ainda, subsidiariamente segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 do Código de Defesa do Consumidor, das normas e princípios gerais dos contratos, das resoluções normativas do egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, bem como, as leis municipais

30. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

30.1 O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas normas legais aplicadas à matéria e nas premissas recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

(assinatura e data videm time Stamp* - MP nº 2.200-2/2001 e Lei da Desburocratização*)

Mônica Vitoria Miranda dos Santos
Matrícula n° 9066

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026
PROCESSO Nº 2026020640

ARP Nº _____/_____

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DO MUNICÍPIO DE MINEIROS, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ de n.º 02.316.487/0001-41, neste ato representado pelo Diretor Presidente do SAAE, Sr. Celismar Ferreira Borges Alves, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, portador do RG de n.º , assistidos juridicamente pelo Procurador Geral do Município de Mineiros, Dr. XXXXXXXXX, regularmente inscrito na OAB/GO nº XXXX, com fundamento no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026, Processo nº 2026020640**,** regido pelo Decreto Municipal 04/2024, com aplicação subsidiária da Lei nº 14.133/2021, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e conforme Termos de Homologação e Adjudicação contido nos autos, Resolve lavrar nesta data e de comum acordo a presente **ATA** para **REGISTRO DOS PREÇOS,** conforme as cláusulas seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente *Termo de Ata* tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para a Aquisição de Uniformes e EPIs para uso do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mineiros-GO (SAAE). Conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos;

Parágrafo Primeiro: A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura e eventual contratação.

Parágrafo Segundo: Registra-se o preço das **PROMITENTES CONTRATADAS:**

Nome: CNPJ: Endereço: CEP: Telefone: E-mail: Representante Legal: Nome: CPF:

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SEGUNDA: As despesas decorrentes desta contratação, estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento municipal para o exercício de 2026, e serão devidamente

informadas quando da efetiva aquisição/contratação, conforme previsto no Decreto Federal nº 11.462/2023, em seu art. 17.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

CLÁUSULA TERCEIRA: **Obrigações da Contratada:**

3.1. O objeto deverá ser entregue conforme as demandas desta autarquia no prazo de: para os EPIs em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de fornecimento e/ou documento equivalente, para os UNIFORMES em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Ordem de fornecimento e/ou documento equivalente, no endereço, em perfeitas condições, em estrita observância das especificações da ata e do termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações do modelo, procedência e prazo de garantia, contados a partir da data da ordem de fornecimento, de acordo com a necessidade da Contratante.

3.2. A embalagem deverá garantir a proteção dos materiais durante o transporte e/ou estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor e especialmente conforme determinado no instrumento convocatório.

3.3. Manter as condições de habilitação e qualificação técnica do ato da contratação, observando e acatando as disposições do artigo 92 Lei 14.133/2021, que sejam cabíveis à natureza deste instrumento ou através da certidão/certificado aludido no inciso II, do artigo 69 da supracitada lei.

3.4. Acatar com as disposições da legislação vigente inerente ao objeto desta ata, respeitando e primando especialmente pelo cumprimento dos artigos 117 a 121 da Lei 14.133/2021.

3.5. Cumprir, durante todo o período de execução da ata, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, e para aprendiz.

3.6. Comunicar ao Fiscal da Contratação, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada ao fornecimento dos objetos, e prestar esclarecimentos necessários sobre os fatos.

3.7. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.8. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros.

3.9. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem, defeitos ou incorreções resultantes da entrega ou de sua elaboração, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado pela Contratada.

3.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos,

devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela ata, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

3.12. Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes do fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.° 8.078, de 1990);

3.13. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 02 (dois) dias.

3.14. Manter endereço, telefones, e-mails e outros meios de comunicação sempre atualizados, devendo comunicar de forma imediata ao Contratante quaisquer mudanças ou alterações feitas nestes.

CLÁUSULA QUARTA: Obrigações da Contratante:

4.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo ora estabelecido.

4.2. Expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja entregue qualquer produto que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado.

4.3. Autorizar o fornecimento dos itens e emitir os documentos específicos para tal.

4.4. Exercer a fiscalização do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei n. 14.133/2021.

4.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

4.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da Ata;

4.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.8. Notificar a CONTRATADA acerca de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUINTA: A execução dos serviços, objeto da licitação, deverá obedecer às especificações contidas no Termo de Referência.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SEXTA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados de sua publicação no *Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)*, prorrogável na forma do *caput* do art. 105 da Lei 14.133/2021.

DO REGISTRO DOS PREÇOS

CLÁUSULA SÉTIMA: O preço registrado, a quantidade e o prestador dos serviços constantes desta, encontram-se discriminados na tabela abaixo:

ITEM	EMPRESA/CNPJ	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Parágrafo Primeiro: O valor total da presente Ata é de R$ ___ (_____).

CLÁUSULA OITAVA: DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

8.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

8.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

8.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

8.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

8.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

8.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

8.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

8.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

8.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

8.8 Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

8.9 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

8.10 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA NONA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 038/2026, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

CLÁUSULA DÉCIMA: O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato.

PARA ASSINATURA DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Em atendimento ao disposto no art 91, parágrafo 4°, da Lei 14.133/21, em fase anterior a contratação ou prorrogação do prazo de vigência do contrato, deverá ser juntado aos autos, além das certidões de regularidade fiscais e trabalhistas, as certidões do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP, que poderão ser emitidas conjuntamente no site: https://certidoes.cgu.gov.br

DO PAGAMENTO À CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O MUNICÍPIO ou os órgãos municipais pagará à CONTRATADA, pelos fornecimentos dos objetos, de valor registrado nesta Ata de acordo com a quantidade de produto efetivamente entregue, em 30 (trinta) dias a partir da entrega, acompanhado das faturas e documentos fiscais correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O pagamento será efetuado através de crédito em conta bancária, exclusivamente em nome da contratada, mediante apresentação do documento fiscal competente, juntamente com os documentos pertinentes.

Parágrafo Primeiro: O documento fiscal deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:
a) Certidão Negativa de Débitos Estadual, Municipal e Federal;
b) Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;

Parágrafo Segundo: O documento fiscal não aprovado pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos municipais será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções, passando a contar novos prazos previstos nesta Cláusula, a partir da data de sua reapresentação e consequente aprovação.

DAS ALTERAÇÕES, ATUALIZAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO CANCELAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

c.1) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

c.2) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

a) Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará quando houver, os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

b) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

c) Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

II. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

a) Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

b) Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

c) Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado sua habilitação conforme edital.

d) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

e) Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, nos termos legais.

f) O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462/2023; ou

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

d.1) Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

e) O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

f) Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o próximo colocado, observada a ordem de classificação.

g) O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

g.1) Por razão de interesse público;

g.2) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

g.3) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

REAJUSTES E ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: As condições relativas à garantia prestada são as estabelecidas no Termo de Referência.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal vigente a Contratada que:

a) Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

b) Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial do objeto;

c) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

d) Fraudar na execução da ata;

e) Comportar-se de modo inidôneo;

f) Cometer fraude fiscal;

g) Não mantiver a proposta.

h) A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

II. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total do objeto;

III. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Mineiros pelo prazo de até cinco anos;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

i) Também fica sujeito às penalidades do art. 155, III e IV da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

j) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

k) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

l) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal.

m) As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração Municipal.

o) Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, a Contratada responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, cobrada judicialmente.

p) A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela Contratada e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o cancelamento da Ata.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O presente *Termo de Ata* poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 104 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: É admissível a fusão, cisão ou incorporação da *Contratada* com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da ata; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da *Administração* à continuidade da ata.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à *Contratada* o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: A *Contratada* reconhece os direitos da *Contratante* em caso de rescisão administrativa prevista no art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: O *Termo de Rescisão* será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais de licitações, contratos administrativos e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais das atas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, nos Diários Oficiais pertinentes, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: A fiscalização e acompanhamento desta Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(a) servidor(a) Sr.(ª) Túlio Sousa Flores, matricula 9142, nomeado fiscal do contrato, nos termos da Portaria 0078/2026, o qual competirá todas as atribuições competentes a função, neste ato nomeado pela Gestor dos Contratos Sr. Celismar Ferreira Borges Alves, Diretor Geral do SAAE, designado pelo Decreto nº XXXXX, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego do fornecimento inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante.

Parágrafo Segundo: O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários

eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

Parágrafo Terceiro: O fiscal da contratação informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em vias de igual teor e forma.

Mineiros, __ de _____ de 2026.

_____
XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Gestor do SAAE

CONTRATADA
CNPJ nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX

TESTEMUNHAS:
1) _____ 2) _____
CPF: CPF:

ANEXO III

MINUTA DOS TERMOS DO CONTRATO

Contrato nº XXX/2026
Processo Administrativo nº 2026020640
Pregão Eletrônico nº 038/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMAM O _____ E A EMPRESA _____, CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR.

CONTRATANTE: O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DO MUNICÍPIO DE MINEIROS, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ de n.º 02.316.487/0001-41, neste ato representado pelo Diretor Presidente do SAAE, Sr. XXXXXXXX, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, portador do RG de n.º , assistidos juridicamente pelo Procurador Geral do Município, Dr XXXXXXXXXX inscrito na OAB/GO XXXX

CONTRATADA: A empresa **XXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na _____, neste ato representada pelo Sr._____, portador do RG nº _____, inscrito no CPF nº _____.

Celebram entre si o presente contrato com a Registro de Preço para aquisição de uniformes e EPIs para uso do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mineiros-GO (SAAE)**,** com origem no **Pregão Eletrônico nº 038/2026**, com **Fundamentação** na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e conforme Processo Administrativo nº **2026020640,** que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição, juntamente com a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas, as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste Contrato, que reger-se-á pelas cláusulas a seguir elencadas, pelas quais firmam o presente:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente é a contratação de empresa para aquisição de uniformes e EPIs para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), conforme as seguintes especificações e quantidades:

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a) **Especificações técnicas:** Os materiais pré-moldados deverão seguir as especificações detalhadas no item 2.1 deste Termo de Referência.
b) **Garantia do equipamento:** O fornecedor deve oferecer garantia adequada para os equipamentos adquiridos, pelo prazo mínimo de 12 meses. E respaldado conforme Artigo 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
c) **Preços e condições:** Os preços dos materiais, equipamentos e utensílios devem ser compatíveis com o mercado e as condições comerciais oferecidas pelo fornecedor devem ser transparentes e favoráveis à administração pública.
d) **Do prazo de entrega:** Os materiais/produtos e equipamentos, objeto da aquisição, devem ser entregues no prazo de 15 (quinze) dias corridos após a notificação do empenho ao fornecedor no endereço indicado no Edital e conforme os quantitativos, e especificações dos produtos descritos no Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

3.1 12.1. As despesas do contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária, que somente será exigida no ato da formalização do contrato

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1 Pelo execução do objeto do presente contrato, elencados na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância Total de **R$ _____ (_____)**.

4.2. No preço já estão inclusos todos os custos e despesas, inclusive transportes, taxas, impostos, seguros, licenças e outros relacionados ao fornecimento do objeto, bem como garantia, quando for o caso.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E FORMA

5.1 Em atendimento ao disposto no art 91, parágrafo 4°, da Lei 14.133/21, em fase anterior a contratação ou prorrogação do prazo de vigência do contrato, deverá ser juntado aos autos, além das certidões de regularidade fiscais e trabalhistas, as certidões do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas-CNEP, que poderão ser emitidas conjuntamente no site: https://certidoes.cgu.gov.br

5.2 Para habilitar-se ao pagamento a Contratada deverá apresentar juntamente com os documentos fiscais a comprovação de regularidade perante os órgãos públicos e o sistema social (INSS, FGTS, CNDT);

5.3 A nota fiscal somente será aceita se emitida em favor da contratada, devendo constar o número de inscrição no CNPJ, que deverá ser o mesmo constante dos documentos apresentados para habilitação no certame licitatório;

5.4 O MUNICÍPIO ou os órgãos municipais pagará à CONTRATADA, pelos fornecimentos dos objetos, de acordo com a quantidade de produto efetivamente entregue, em 30 (trinta) dias a partir da entrega, acompanhado das faturas e documentos fiscais correlatos.

5.5 O pagamento será via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela CONTRATADA, que deverá indicar na Nota Fiscal o banco, nº da conta corrente e agência com a qual opera, A CONTRATANTE não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária;

5.6 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa será o documento devolvido ao contratado, e o pagamento ficará pendente até que se providencie a regularização. Na hipótese, a contagem do prazo para pagamento será novamente iniciada a partir da data de regularização, sem qualquer prejuízo para o município contratante;

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência da contratação é de (01) um ano ou até o adimplemento total dos produtos adquiridos, contados da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), OU a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme o disposto no Art. 107, da Lei 14.133/2021, mediante Termo Aditivo, devidamente autorizada formalmente pela Autoridade Competente.

6.2 Nos contratos assinados eletronicamente, será considerada a data da última assinatura.

6.3 A eficácia do mesmo dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município de Mineiros/GO e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no neste Termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 Entregar as mercadorias em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à prestação dos serviços
7.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
7.1.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
7.1.4 O contratado deverá responder pela guarda e conservação de qualquer documento que lhe for entregue, comprometendo-se a tratar como confidenciais as informações fornecidas pela contratante.

7.1.5 Quando da entrega por parte da vencedora, for detectado que eles não atendem às necessidades do SAAE conforme exigidos no contrato a vencedora deverá corrigi-los sem ônus adicionais.

7.1.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.7 O atraso injustificado na entrega dos objetos desta licitação no todo ou em parte causará a contratada penalidades e multas conforme disposto neste Termo de Referência e no contrato, além das demais sanções administrativas cíveis e criminais.

7.1.8 O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.1.9 O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.1.10 A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

7.1.11 Executar a entrega e fornecimento conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais de construção, hidráulicos e elétricos necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

7.1.12 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.1.13 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.1.14 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

8.1 É de responsabilidade da Contratante o acompanhamento e a conferência dos produtos conforme disposto no contrato.

8.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

8.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

8.7 SAAE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA- DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 O acompanhamento deste contrato fica a cargo do(a) Sr(ª) Celismar Ferreira Borges Alves designado "*Gestor do Contrato*", atendendo o disposto no art. 13º, da Instrução Normativa 09/2023 do TCM.

9.2 A **Fiscalização** será realizada pelos(as) servidores(as) **Túlio Sousa Flores, matricula 9142, nomeado fiscal do contrato, nos termos da Portaria 0078/2026,** ou por outro servidor designado, por meio de Ato de Designação do(a) Secretário(a) da Pasta requisitante, nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133/2021, que deverá atestar o recebimento dos materiais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O servidor designado 'fiscal' anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:

I. fiscalizar e atestar a execução do objeto contratual, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições aqui estabelecidas;

II. comunicar eventuais falhas na execução, cabendo à **CONTRATADA** adotar as providências necessárias;

III. garantir à **CONTRATADA** toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados aos serviços.

IV. emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios ocultos, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 As alterações ou acréscimos de qualquer elemento não constantes no instrumento convocatório e/ou contrato, serão providos por "Anexo" ou "Termo Aditivo", que passarão a integrar o presente contrato, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS SANÇÕES

11.1 A CONTRATADA que infringir as normas constantes deste contrato ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I. Advertência nos casos de inexecução parcial que não acarretem prejuízos significativos para a Administração.

II. Multas nos seguintes casos e percentuais:

a) **Multa de Mora**: Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) em **até 30 (trinta) dias: 0,5% (cinco décimos por cento)** ao dia sobre o valor da parcela descumprida;
b) **Multa Compensatória**: Por atraso injustificado na entrega do item contemplado na Autorização de Fornecimento (AF) **superior a 30 (trinta) dias: 10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;
c) **Multa Compensatória**: Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou assinar a Autorização de Fornecimento (AF) e/ou Contrato, injustificadamente, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: **15% (quinze por cento)** sobre o valor total do Contrato;
d) **Multa Compensatória**: Por inexecução parcial, injustificada, da Autorização de Fornecimento (AF): **15% (quinze por cento)** sobre o valor total do contrato;
e) **Multa Compensatória**: Por inexecução total injustificada da Autorização de Fornecimento (AF). Caracterizada pela verificação da não entrega do produto ap**ós 30 (trinta) dias: 20% (vinte por cento),** sobre o valor total do contrato, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial.

III. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Mineiros:

a) Dar causa à inexecução parcial da Autorização de Fornecimento e/ou do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: até **02 (dois) anos;**

b) Dar causa à inexecução total da Autorização de Fornecimento e/ou do contrato, caracterizada pela não entrega dos itens **após 30 (trinta) dias:** até **03 (três) anos;**

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: até **02 (dois) anos**;

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: até **03 (três) anos**;

e) Não celebrar o contrato/instrumento congênere ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: até **03 (três) anos;**

f) Ensejar o retardamento da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, **superior** a **30 (trinta) dias**: até **03 (três) anos**.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo **mínimo** de **3 (três) anos** e **máximo** de **6 (seis) anos,** nos seguintes casos:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e,

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo específico que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

11.3 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos em Decreto Municipal.

11.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

11.6 Na aplicação das sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 A CONTRATANTE Este contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será permitida a subcontratação **EXCETO** após autorização expressa da administração.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS

14.1. A Contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste Contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, em até **25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.**

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. A recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, além de obedecer aos requisitos previstos no artigo 124, inciso II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, será proporcional ao desequilíbrio efetivamente suportado, cuja existência e extensão deverão ser comprovados pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, conforme o caso, e darão ensejo à alteração do valor do contrato para mais ou para menos, respectivamente.

15.2. O reequilíbrio econômico-financeiro somente poderá ser solicitado após o vencimento do prazo de validade da Proposta Comercial apresentada, nos termos do edital.

15.3. A resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando ocorrer, será concedida no prazo máximo de 01 (um) mês.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO

16.1. Os preços serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá ser concedido reajuste, a contar da data do orçamento, de acordo com o § 1º do Art. 3º da Lei 10.192/2001, com base no índice IPCA-IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, desde que devidamente comprovado e aceito pela Administração.

16.2. A resposta ao pedido de reajustamento, quando ocorrer, será concedida no prazo máximo de 01 (um) mês, a contar do requerimento da Contratada.

17. CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 O presente Contrato só terá eficácia depois de publicado, por extrato, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS OMISSÕES

18.1 Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis a matéria e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DO FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Mineiros (GO), prevalecendo sobre qualquer outro, por mais especializado que seja, para dirimir quaisquer divergências decorrentes da execução do presente instrumento de contrato.

Por estarem as partes devidamente acordadas e ajustadas, firmam o presente, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que atestam o presente.

Mineiros, __ de _____ de 2026.

CONTRATANTE
XXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA
CNPJ nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF:

2) _____
CPF:

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES UNIFICADA

DATA (POR EXTENSO)
NOME DA EMPRESA
MUNICIPIO DE MINEIROS/GO
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

Empresa (RAZÃO SOCIAL), sito à (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no CNPJ sob Nº (NÚMERO), neste ato representado pelo Sr.(a) (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF Nº (NÚMERO DO CPF), DECLARA para os devidos fins que:

1.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 3° da Lei Complementar Nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Artigos 42 a 49, quando a empresa for classificada como ME/EPP. **( ) SIM ( ) NÃO**
1.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos. **( ) SIM ( ) NÃO**
1.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias. **( ) SIM ( ) NÃO**
1.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. **( ) SIM ( ) NÃO**
1.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7°, XXXIII, da Constituição. **( ) SIM ( ) NÃO**
1.6. Que não possui em sua cadeia produtiva empregado executando trabalho degradante ou forçado observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal. **( ) SIM ( ) NÃO**
1.7. Que não há impedimento de participação no que pertine ao art. 9º da Lei 14.133/2021. **( ) SIM ( ) NÃO**
1.8. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social. **( ) SIM ( ) NÃO**

Estou ciente que a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição, sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e no edital do referido pregão eletrônico.
(ANEXAR A PROCURAÇÃO DO MESMO QUANDO FOR OCASO)

_____
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Ref.: PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2026

Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
Telefone/Fax	
E-mail	

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DOS PRODDUTOS	UNIDADE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

VALOR TOTAL GERAL DA PROPOSTA: R$ ..... (VALOR POR EXTENSO)

- **VALIDADE DA PROPOSTA**: _____ dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação;
- **PRAZO DE ENTREGA: xxxxxxxx dias**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF);
- Declaramos sob as penas da lei, estar de acordo com todos os termos deste Pregão e que os itens ofertados atendem às necessidades do município de Mineiros;
- Declaramos que os preços acima contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos pelo proponente na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos (despesas fiscais), encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, lucro etc.

_____
(Assinatura e identificação do representante legal da Proponente)
CNPJ da Proponente